

ANJOS, A. G.; NEUMANN, D. Da construção do espaço pela enunciação: a impossibilidade do *locus amoenus* em *Ida e volta*, de Aldyr Garcia Schlee. *ReVEL*, vol. 18, n. 34, 2020. [www.revel.inf.br]

DA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO PELA ENUNCIÇÃO:

A IMPOSSIBILIDADE DO *LOCUS AMOENUS* EM *IDA E VOLTA*, DE ALDYR GARCIA SCHLEE

The construction of space by the enunciation: the impossibility of the locus amoenus in Ida e volta, by Aldyr Garcia Schlee

Aroldo Garcia dos Anjos¹

Daiane Neumann²

aroldodosanjos@gmail.com

daiane_neumann@hotmail.com

RESUMO: Em *Ida e Volta*, de Aldyr Garcia Schlee, é narrado o melancólico caminho de um homem em visita aos rincões de sua infância. Essa narrativa se tece a partir da construção do espaço, que se constitui na relação com a subjetividade, na medida em que o narrador opera com uma constante troca do foco narrativo que, de modo sutil, garante a consistência diegética. Ademais, o espaço do conto também se constitui a partir da relação com o tempo, já que toda sua descrição se estabelece face às memórias de um tempo passado. O presente trabalho pretende, assim, observar como a linguagem constrói, no espaço ficcional, a impossibilidade de um *locus amoenus* em *Ida e Volta*. Para tanto, analisará a construção do espaço da narrativa, a partir de sua relação com as categorias de pessoa e tempo, em suas implicações com o modo de ser da narração, considerando as reflexões de Émile Benveniste sobre a simbolização e a indissociabilidade entre linguagem e subjetividade.

PALAVRAS-CHAVE: Enunciação; Espaço; *Locus amoenus*.

ABSTRACT: In *Ida e volta*, by Aldyr Garcia Schlee, the melancholic path of a man visiting the affective spaces of his childhood is narrated. This short story is created within the construction of space perspective, and is constituted by the relationship with the subjectivity, as the narrator operates in a constant change of point of view that subtly guarantees the diegetic consistency. Yet, the narrative space is also constituted from the relationship with time, since all its description is established against the memories of a past time. This paper aims at observing how language constructs, in the fictional space, the impossibility of a *locus amoenus* in *Ida e volta*. In order to do that, the construction of the narrative space, from its relationship with the categories of person and time, will be analyzed as well as

¹ Mestrando em Letras pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel.

² Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professora do curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas - UFPel.

their implications with the manner of narration, based on Emile Benveniste's reflections on the symbolization and the inseparability between language and subjectivity.

KEYWORDS: Enunciation; Space; *Locus amoenus*.

INTRODUÇÃO

O conto *Ida e volta*, narrativa que abre o livro *Linha divisória, cuentos puebleros*, de Aldyr Garcia Schlee, descreve o retorno de um homem às cidades de Jaguarão e de Río Branco, na fronteira Brasil-Uruguay, separadas naturalmente pelo rio Jaguarão, unidas materialmente pela ponte Mauá, tensionadas culturalmente em gestos de aproximação e de afastamento.

Fundamentado em um ponto de vista que considera a reflexão de Émile Benveniste, é objetivo deste trabalho analisar como se dá a construção do *hic et nunc* da narração, a partir da relação eu-tu, estendida às categorias de narrador e narratário, indissociáveis do próprio ato de narrar, bem como considerando a relação entre o espaço e o tempo da narrativa.

Como orientação para a análise, perguntamo-nos ainda: como a linguagem constrói a impossibilidade de um *locus amoenus* em *Ida e volta*? Para tanto, ao observar as categorias de espaço, em sua relação com as categorias de pessoa e tempo e em suas implicações com o modo de ser da narração, buscaremos elementos em reflexões de Benveniste acerca da indissociabilidade entre linguagem e subjetividade.

Para a construção desta reflexão aqui proposta, iniciamos com uma breve discussão acerca do *locus amoenus* na literatura, para considerarmos algumas reflexões, cujas bases encontram-se em Benveniste, e que fornecerão subsídios para o percurso de análise do conto *Ida e volta*, de Schlee. Como referência, consultamos as edições da tradução brasileira dos *Problemas de Linguística Geral I e II* – de 2005 e 2006, respectivamente. Essas duas obras, que vieram à luz em 1966 e 1974, reúnem textos publicados por Benveniste ao longo de três décadas. Por se tratarem de textos já publicados anteriormente, optamos por indicar, toda vez que citados, o ano de sua primeira publicação.

1. O LOCUS AMOENUS DA LITERATURA

Na parte III de *Em busca do sentido, estudos discursivos*, intitulada “Semântica das categorias da enunciação”, José Luiz Fiorin discute como se constroem as imagens do enunciador, do enunciatário e dos espaços e atores em obras literárias. Em específico ao que toca ao espaço, Fiorin analisa duas matrizes da tradição ocidental que marcaram a percepção do novo mundo: o relato bíblico, com a ideia de paraíso, e a tradição greco-latina, com o *locus amoenus* e sua caracterização como primavera eterna, lugar de acolhimento pela natureza.

No *Dicionário de termos literários*, obra de Massaud Moisés (2004), encontramos ocorrências da expressão *locus amoenus* em três verbetes, a saber: *écfrase*, *ídilio* e *tópos*.

O termo *écfrase* (evidência) passou a caracterizar as formas de descrição que “fazem ver” personagens, espaços, momentos. No entanto, seu sentido foi alargado, sendo tomado como um termo geral que implica os diferentes tipos de descrição, dentre eles, o *locus amoenus*.

O termo *ídilio*, inicialmente relacionado a qualquer tipo de poema curto, passou a ser associado à ordem do bucólico, das ambientações campestres. Também a novela e o teatro se deixam levar pela ideia de “uma existência de ouro junto à Natureza” (Moisés 2004: 230). O *locus amoenus* apresenta-se, vinculado ao *ídilio*, como o lugar ideal, o espaço adâmico paradisíaco, imemorial.

A noção de *tópos*, utilizada por Aristóteles como elemento da retórica, é retomada no século XX por Ernst Curtius para designar fórmulas estereotipadas que se tornaram lugares-comuns da literatura. Entre eles, encontramos o *locus amoenus*, o espaço do aprazível, da descrição da natureza reconfortante.

Nas noções de *écfrase*, *ídilio* e *tópos*, elementos como visibilidade, descrição, olhar, tempo e espaço confluem para a construção de uma natureza afável, de um lugar de reconforto – o *locus amoenus*. A fim de analisarmos essas categorias no conto *Ida e volta*, trataremos de algumas reflexões benvenistianas nas seções seguintes, no intuito de buscarmos subsídios de análises.

2. A FACULDADE HUMANA DE SIMBOLIZAR

Sobretudo nas seções intituladas “O homem na língua”, presentes nos livros *Problemas de Linguística Geral I e II*, encontramos observações de Émile Benveniste a respeito do caráter específico e fundante da linguagem humana. No entanto, essa discussão não se limita aos textos contidos nessas seções. Nas obras em questão, em diversos momentos ela é trazida à tona.

Em *Comunicação animal e linguagem humana*, de 1952, Benveniste observa a comunicação das abelhas para, por contraste, pensar o que é próprio da linguagem humana. O autor conclui que o diálogo é a condição da linguagem, e o seu caráter é o de “propiciar um substituto da experiência” (2005: 65). Esse substituto é decomponível em unidades identificáveis e distintivas, ou seja, é realizado em uma língua.

Benveniste insiste nesse caráter sistemático ao qual a semântica da língua é submetida, em *Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana*, de 1956: “cada língua é específica e configura o mundo à sua própria maneira” (2005: 89). A linguagem categoriza o mundo, ela é simbólica e se realiza em uma língua. Trata-se de “um simbolismo que se realiza em signos” (2005: 92). Em *Categorias de pensamento e categorias de língua*, de 1958, Benveniste reforça a concepção da forma linguística como condição para a realização do pensamento: “Não captamos o pensamento a não ser já adequado aos quadros da língua” (2005: 69).

Em *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística*, de 1963, Benveniste agudiza essa discussão ao dizer que a linguagem reproduz a realidade (*re-produit la réalité*), no sentido de produzi-la novamente, sempre de uma maneira nova e irrepetível. A sociedade e os indivíduos somente são possíveis pela língua, pois o mundo é recriado via linguagem, sempre submetido à organização própria do sistema. Uma vez mais, Benveniste trata da faculdade humana de simbolizar, como inerente à condição humana: “essa capacidade simbólica está na base das funções conceptuais. O pensamento não é senão esse poder de construir representações das coisas e de operar sobre essas representações” (2005: 29).

Benveniste insiste, assim, no caráter *mediatizante* do símbolo linguístico. Para o autor, não há via de acesso direto do homem ao mundo ou aos outros homens, pois tudo passa pelo crivo da língua – sempre particular e inseparável de uma sociedade.

Em suma: “é definitivamente o símbolo que prende esse elo vivo entre o homem, a língua e a cultura” (2005: 32).

Em *A forma e o sentido na linguagem*, de 1966, o linguista ocupa-se da questão da atualização dos signos na linguagem em uso. Para tanto, coloca no centro da discussão o problema da significação. A língua é, antes de mais nada, um sistema significante. Em sua base, encontra-se o sistema semiótico, como Saussure o concebeu. Sobre o semiótico, há uma semântica própria construída pela língua-discurso.

Enquanto o signo semiótico tem caráter genérico, a palavra é sempre particular. Nesse processo de agenciamento particular das palavras, ocorre a sintagmatização, “pela ação que elas exercem umas sobre as outras” (2006: 230). Essa noção é diretamente ligada à de semantização, relativa à atualização dos signos e, destarte, à conversão da língua em discurso. A semântica, nesse contexto, supõe um locutor e sua situação no mundo.

Em *Estruturalismo e linguística* e em *Esta linguagem que faz a história*, ambas entrevistas concedidas em 1968, Benveniste dá continuidade às suas reflexões sobre o domínio semiótico e o domínio semântico, sobre as relações entre língua e cultura. Na primeira entrevista, o autor diz que o homem “é sua capacidade de fala” (2006: 19) e a semântica é “a abertura para o mundo” (2006: 21), completamente imprevisível. Para Benveniste, o homem nasce na cultura e aprende seus rudimentos na e pela língua. Linguagem, homem e cultura são intimamente ligados: “como fundamento de tudo encontra-se o simbólico da língua como poder de significação” (2006: 25).

Na segunda entrevista, Benveniste credita a Saussure a consideração da linguagem como constituidora da história, por falarmos no interior de discursos que são sempre sincrônicos, ao que acrescenta: “nós nos referimos a situações que são sempre situações presentes ou situadas em função do presente, de modo que, quando evocamos o passado, é sempre no seio do presente” (2006: 32).

Benveniste insiste na prevalência da língua sobre a sociedade, apontando que esta é englobada e contida por aquela, em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, também de 1968. Para o autor, a língua é, pois, um sistema produtivo que garante o duplo funcionamento do discurso: subjetivo e referencial. Na e pela linguagem, o homem fala de si e do mundo, simultaneamente.

Finalmente, em *Semiologia da língua*, de 1969, o linguista se pergunta qual é o lugar da língua entre os demais sistemas de signos. O autor retoma essa discussão de Saussure, que já tomava a língua como o principal dos sistemas de signos. A partir do caráter semiótico da língua, Benveniste passa a estudá-la em comparação com outros sistemas, com vistas a entender o que lhe é próprio. Conclui, dessa forma, que a relação semiótica entre sistemas deve ser da ordem da interpretância. A língua é o único sistema capaz de interpretar todos os outros, sendo, portanto, o interpretante da sociedade. “A significância da língua (...) é a significância mesma, fundando a possibilidade de toda troca e de toda comunicação, e também de toda cultura” (2006: 60). A língua constitui, assim, a sociedade.

Benveniste aponta que a língua é o único sistema de signos que possui, concomitantemente, a significação dos domínios semiótico e semântico, e, por essa razão, pode interpretar os demais sistemas semióticos. Nessa relação, no entanto, não há reversibilidade: “toda semiologia de um sistema não-linguístico deve pedir emprestada a interpretação da língua” (2006: 61). Com o semiótico, estamos no nível do reconhecimento, do signo dentro de um sistema de valores. Com o semântico, chegamos ao âmbito do discurso, o mundo da enunciação, onde ocorre a passagem do signo genérico à palavra particular.

3. AS CATEGORIAS DE PESSOA, DE TEMPO E DE ESPAÇO

É interessante observar que é justamente por uma análise linguística que Benveniste inicia suas reflexões sobre a subjetividade e a passagem do signo à frase. Com isso, o linguista mostra que a discussão sobre linguagem é antes de tudo linguística.

Em *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, de 1946, a partir da observação dos pronomes em diferentes línguas, Benveniste investiga como eles se opõem uns aos outros e qual o fundamento dessa oposição.

Na primeira e na segunda pessoas, há necessariamente uma pessoa implicada e um discurso sobre ela. “Eu” designa quem fala e também cria um enunciado sobre si. O “tu” é proposto por “eu” e, da mesma forma, é predicado por “eu”. Quanto a “ele”, Benveniste questiona sua classificação como pessoa, visto que “ele” é excetuado da relação específica de inversibilidade, que possibilita que o “eu” da alocação defina

um “tu” que, por sua vez, se inverterá em “eu”. Além disso, “ele” é a forma pela qual uma *coisa* pode ser predicada (2005: 253).

A primeira oposição consiste, então, em uma correlação de personalidade: em “eu-tu” há a marca de pessoa; em “ele”, não. Uma segunda oposição se dá pela correlação de subjetividade, que opõe “eu” a “tu”, por “eu” ser interior ao enunciado, além de exterior e transcendente a “tu”. Temos, assim, o quadro: “eu” pessoa subjetiva, “tu” pessoa não subjetiva, “ele” não-pessoa (2005: 255).

No que toca às formas plurais, Benveniste argumenta que não há apenas uma transposição automática das três pessoas do singular para esta. Para o autor, “a presença do ‘eu’ é constitutiva do ‘nós’” (2005: 256), pois o “nós” é um “eu” dilatado, de contornos incertos, “uma pessoa amplificada e difusa” (2005: 258).

Em *A natureza dos pronomes*, de 1956, Benveniste analisa a universalidade das formas pronominais, concluindo que, antes de ser um problema de língua, trata-se de um problema de linguagem. Benveniste observa que os pronomes pessoais, assim como os demonstrativos e os advérbios, são característicos das instâncias de discurso:

(...) é ao mesmo tempo original e fundamental o fato de que essas formas “pronominais” não remetam à “realidade” nem a posições “objetivas” no espaço ou no tempo, mas à enunciação, cada vez única, que as contém, e reflitam assim o seu próprio emprego. (Benveniste 2005: 280)

A natureza dos pronomes, para Benveniste, é da ordem da comunicação intersubjetiva. A linguagem provê um signo único, “eu”, através do qual o locutor se remete não à realidade empírica, mas sim à instância do seu próprio discurso e “assume por sua conta a linguagem inteira” (2005: 281). Benveniste trabalha esse ato de apropriação do locutor nos moldes de uma conversão da linguagem em discurso, distinguindo a língua enquanto repertório de signos, da língua enquanto exercício da linguagem.

Em *Da subjetividade na linguagem*, de 1958, Benveniste aprofunda as discussões sobre os pronomes e o funcionamento simbólico da linguagem. A consideração do discurso como atividade da linguagem leva o autor a rejeitar a concepção de instrumento de comunicação, uma vez que o homem e a linguagem são indissociáveis.

Em seguida, após a análise dos pronomes pessoais, Benveniste aponta os indicadores da *deixis* como ponto de apoio para a observação da subjetividade na

linguagem. Trata-se, aqui, da organização das “relações espaciais e temporais em torno do ‘sujeito’ tomado como ponto de referência” (2005: 288). Benveniste amplia, assim, suas considerações sobre a subjetividade, argumentando que esta chama para si a expressão da temporalidade. É sempre um dado linguístico que opera como referência temporal do presente: “a coincidência do acontecimento descrito com a instância de discurso que o descreve” (2005: 289). O presente é o tempo em que se fala. O tempo linguístico é *sui-referencial*: ele remete a si mesmo e mostra a intrínseca relação subjetiva do exercício da linguagem. A intersubjetividade é a condição para a subjetividade e para toda e qualquer forma de comunicação possível.

Em *As relações de tempo no verbo francês*, de 1959, ao analisar o conjunto das formas pessoais do verbo em francês, Benveniste distingue dois planos de enunciação, o da história e o do discurso.

No plano histórico da enunciação, não vemos o aparelho formal do discurso, calcado na relação “eu : tu”. Segundo o autor, “os acontecimentos parecem narrar-se a si mesmos” (2005: 267). Em contrapartida, é justamente a relação intersubjetiva que está no cerne do plano do discurso. Tem-se aí outro sistema temporal, no qual todas as formas podem ser empregadas, opondo o par “eu : tu” a “ele”: “alguém se dirige a alguém, se enuncia como locutor e organiza aquilo que diz na categoria da pessoa” (2005: 267).

A enunciação histórica comportaria três tempos verbais em francês, o aoristo, o imperfeito e o mais-que-perfeito. Assim, o presente é excluído. Na enunciação do discurso, todos os tempos seriam possíveis, exceto um, o aoristo. Os tempos fundamentais desta última seriam o presente, o futuro e o perfeito. Chega-se, então, à análise do tempo “perfeito”, o tempo do testemunho participante, tempo da coincidência do dizer com a instância da enunciação, pois “a marca temporal do perfeito é o momento do discurso” (2005: 270).

É preciso, no entanto, conforme o postula Dessoins (2006), evitar mal-entendidos terminológicos, já que a divisão da temporalidade da linguagem em dois sistemas, dos quais somente um seria reconhecido como “discurso”, poderia sugerir que as narrativas históricas não o seriam. Para o teórico da linguagem, todo ato de linguagem, quer seja narrando no passado simples um evento acabado ou descrevendo no presente um processo em curso, sempre implica um sujeito da

enunciação que se enuncia a partir de um presente que é o tempo da *fala*³ (oral ou escrita).

A análise das categorias de expressão de pessoa e de tempo, bem como a de espaço, é novamente tematizada em *A linguagem e a experiência humana*, de 1965. Benveniste aprofunda a discussão sobre a língua possuir formas que permitem a atualização da experiência e a existência do discurso.

É pela oposição a “tu” e a “ele” que o homem se coloca em sua individualidade. Junto a esse jogo pronominal, os dêiticos também recebem sua realidade apenas pelo discurso:

Indicando os objetos, os demonstrativos organizam o espaço a partir de um ponto central, que é Ego, segundo categorias variáveis: o objeto está perto ou longe de mim ou de ti, ele é também orientado (defronte ou detrás de mim, no alto ou em baixo), visível ou invisível, conhecido ou desconhecido, etc. (Benveniste 2006: 69-70)

As noções de tempo e espaço orbitam, assim, ao redor de “eu”, “centro e ponto de referência” (2006: 70). Benveniste refuta, dessa maneira, a ideia da língua como um decalque da realidade, pois considera que as línguas constroem a realidade de modo diverso, elaborando inclusive um sistema temporal *sui generis*.

É a radicalidade da noção de enunciação que permite Benveniste considerar o tempo linguístico como aquilo que significa os demais tempos, físico e crônico. O presente da instância de fala constrói as ideias de passado (temporalidade retrospectiva) e de futuro (temporalidade prospectiva): “este presente é reinventado a cada vez que um homem fala porque é, literalmente, um momento novo, ainda não vivido” (2006: 75). A instância de discurso é o eixo a partir do qual a língua ordena o tempo: “o único tempo inerente à língua” (2006: 76).

Visto no processo de comunicação, o “eu” é o regulador do tempo do discurso, constituição de uma subjetividade num tempo e num espaço. No entanto, a temporalidade linguística somente é possível no universo interpessoal. Assim, o tempo linguístico “funciona como um fator de intersubjetividade” (2006: 78).

Em *O aparelho formal da enunciação*, texto de 1970, são sintetizadas as principais ideias sobre a enunciação. Conforme Benveniste, “na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo” (2006: 84).

³ Dessons (2006) utiliza, em seu texto, “parole”, remetendo ao *CLG*. Optamos por utilizar também o termo saussuriano na citação indireta.

Ao apropriar-se da língua, o locutor é introduzido em sua fala e passa a atribuir referência, sempre em relação com sua enunciação. Cada instância de discurso constitui “um centro de referência interno” (2006: 84), criando, a partir de “eu”, as noções de tempo, de espaço e os próprios atores – entidades linguísticas nascidas na enunciação. Benveniste contrapõe-se, assim, à temporalidade como um quadro inato do pensamento: “da enunciação procede a instauração da categoria do presente, e da categoria do presente nasce a categoria do tempo” (2006: 85).

4. IDA E VOLTA AO ESPAÇO DIEGÉTICO

Tendo em vista as reflexões de Benveniste sobre a natureza fundante da linguagem, essencialmente subjetiva, e a implicação recíproca das noções de pessoa, tempo e espaço – criadas na e pela enunciação – observaremos como se dá, no espaço ficcional de *Ida e volta*, a impossibilidade de um *locus amoenus*.

O título da narrativa pressupõe movimento. O percurso de ida e volta se manifesta, no texto, em diversos elementos: o movimento circular do personagem brasileiro, que de Jaguarão atravessa a ponte rumo a Ríó Branco, toma uma “bolanta” (charrete), dá uma volta pela cidade e retorna à ponte; a tematização do movimento de partida do personagem brasileiro e de seu retorno à região fronteiriça, na qual cresceu e onde não mais encontra os amigos e os espaços conhecidos, perdidos em algum lugar do tempo; o movimento de focalização do narrador, ora a partir do olhar do personagem brasileiro, ora desde a perspectiva do personagem castelhano; o movimento dos olhares dos dois personagens que, após vencerem os limites impostos pela prudência, se cruzam desejosos; o movimento temporal, que leva o brasileiro a observar o presente em relação ao passado; por fim, o movimento doloroso, a *via crucis* do homem, caminho de ida e volta a si mesmo. A construção do espaço na narrativa acontece a partir desse movimento performado por todos os elementos elencados.

Ida e volta possui uma constante troca do foco narrativo que, operada de modo sutil pelo narrador, garante a consistência diegética. O conto é narrado na não-pessoa, o que parece propor um certo distanciamento contemplativo. No entanto, a focalização interna nos personagens, através do uso do discurso indireto livre, os aproxima do leitor, pois traz alguns elementos de suas vidas pregressas: do brasileiro, a infância; do castelhano, a vida como vendedor ambulante. O narrador foca,

também, nos pensamentos dos personagens, apresentando um jogo de suposições, como se ambos, naquela bolanta, se farejassem.

O narrador nos dá a ver, desse modo, as ações ao redor e os pensamentos de um e de outro personagem. Em certo momento, a voz do narrador chega a fundir-se à do brasileiro: “A gente sai por aí, anda pelo mundo, vê de tudo, pensa que sabe, mas não sabe e não vê mais do que o próprio mundo” (SCHLEE, 1988: 11). Essa intromissão do narrador parece sugerir certa identificação com o personagem brasileiro, certo grau de proximidade. A forma pessoalizada “a gente”, a partir de um lugar de “eu” amplificado, de limites incertos, parece propor uma reflexão maior sobre a temporalidade humana e sobre os próprios limites da linguagem. Quem fala aqui? O narrador ou o personagem viandante?

Entramos, diante disso, na questão da organização temporal do texto. A narração no presente dá o efeito de acontecimento coincidente ao que é narrado, aumentando a ideia de proximidade, de presença do narrador. É o tempo da enunciação que causa o efeito de concomitância da narração e das ações dos personagens na cidade. No entanto, quando ocorre a alternância temporal, entram em cena outros espaços, constituídos pelo tempo linguístico. Essas situações passadas são organizadas a partir do eixo do “agora”, em retrospectão, ou seja, o narrador passa a nos apresentar acontecimentos que não mais coincidem com o instante da narração.

As formas verbais de gerúndio e de particípio são usadas, aqui, com fins específicos. O gerúndio para a descrição das ações em derredor, como para corroborar com a ideia de um tempo suspenso, uma continuidade que se arrasta *ad infinitum*. Já a forma nominal do particípio passado nos mostra algo entre a ação acabada e o adjetivo, indicando a conclusão de ações feitas pelo homem sobre o espaço, com peso negativo.

O espaço do enunciador se dá sempre em um “aqui” e “agora”. Propomos que a construção dos espaços diegéticos, por consequência, se dá em relação ao eixo aqui-agora do narrador, inevitavelmente tocado pelas comparações entre um “agora” e um “antes”. Nesse processo, ocorre a figurativização dos espaços, uma espécie de constituição qualificada, ou seja, sempre subjetiva.

A instância de discurso coincide com o percurso traçado pelo personagem brasileiro, como se o narrador estivesse presente. Durante esse trajeto, o narrador traz à baila, desde as focalizações internas, outros espaços que, em referência ao

presente da narração, são pertencentes ao passado. Nesses outros espaços, a voz narrativa confunde-se com a dos personagens.

Dessa forma, é nessa indissociabilidade entre a constituição da subjetividade e da temporalidade do conto que se constitui o espaço da narrativa. O ponto de apoio para essa construção é da alternância do foco narrativo, entre o castelhano e o brasileiro, e a comparação do tempo presente com o passado.

A narrativa inicia, com o brasileiro que volta a Jaguarão, “olhando longamente as casas desaparecidas, interrogando sem respostas as velhas calçadas e os novos calçamentos” (SCHLEE, 1988: 9). Ainda no início do conto, “não encontrou os amigos previstos, não identificou os lugares conhecidos, não achou nenhuma das coisas nem nada que esperava” (SCHLEE, 1988: 9)

A construção do espaço vai se tecendo, em uma descrição que se significa a partir dessa percepção dos personagens, em uma comparação com o tempo do passado, “na praça, as árvores crescendo muito devagar” (SCHLEE, 1988: 9), “o cais perdido e nenhum barco” (SCHLEE, 1988: 9), “a ponte já não tinha seus postes de concreto, derrubados e agora atulhando o rio; nem os bojos de luz, substituídos por lâmpadas de mercúrio” (SCHLEE, 1988: 9), “Río Branco arrancara com as enormes raízes das árvores de sua rua; e asfaltara tudo” (SCHLEE, 1988: 9), “o imponente sobrado onde funcionara, sobre vitrinas de luxo e de vidro, a tentadora Casa Azpiroz, era em parte ocupado por uma loja de máquinas agrícolas” (SCHLEE, 1988: 9-10).

A mudança do foco narrativo, que se concentra, por vezes, no olhar do castelhano, também contribui para essa depreciação do espaço e do tempo do aqui e agora, na medida em que, ao tentar rememorar de onde conhece o brasileiro, relembra de situações em que os espaços ganham uma descrição mais festiva, visto que se destacam eventos sociais. Percebe-se essa construção quando o castelhano supõe que o brasileiro deveria ser um daqueles meninos que ficavam a tarde toda no cinema, um dos bacanas que se metiam nos bailes do Remanso, um daqueles soldados que vinham jogar futebol.

Conforme a narrativa se desenrola, a construção do espaço vai se intensificando, em uma perspectiva de degradação, “do lado da estação ferroviária havia um circo, uma jaula com um leão magro” (SCHLEE, 1988: 13), “o cheiro de bosta era inesperado como fora a horta ali perto, e tinha sido o tambo de leite, aquele cheiro de alfafa, de estrume, de vaca, de madrugada na tarde de Cuchilla” (SCHLEE, 1988: 13), “a parede do fundo da igreja fora solapada pelas águas da última enchente

e havia desabado. A fachada continua em pé e, na pequena torre, permanecia o sino sem tocar” (SCHLEE, 1988: 14).

Os elementos espaciais são figurativizados como suspensos no tempo: automóveis velhos, o cocheiro, tudo parado, ele era o que já não havia, sino que já não tocava, tudo fechado, corroborando a perspectiva proposta pelo conto de que o espaço do presente se caracteriza em relação ao do passado. Essa descrição apresentada no conto mostra um espaço que, com o passar do tempo, foi se degradando. Pelo narrador, a natureza é vista, também, como afetada negativamente pelo tempo, em estado de degradação: as árvores foram arrancadas e as ruas substituídas por asfalto, o rio foi atulhado por antigos postes, o leão magro de circo. A vida é, assim, retratada como dependente de uma “lida interminável” (SCHLEE, 1988: 11), na qual o personagem local padece em sua “aparência velha” (SCHLEE, 1988: 12).

Operado pelo narrador, o movimento de ida e volta no tempo, focalizando internamente nas personagens, traz à tona os demais espaços, organizados em torno do aqui e agora da narração. A narrativa parece, assim, apontar para a predominância do tempo sobre o espaço. O deslocamento temporal, a partir do eixo de “eu”, promove os espaços. Através do olhar do narrador, fundido ao do personagem andarilho, a ambiência é construída de modo a impedir qualquer possibilidade de *locus amoenus*. Entre idas e voltas, a constatação da decadência repercute internamente, manifestada no sentimento de culpa. Constrangido por suas próprias comparações, impotente frente à imposição do tempo, resta-lhe somente o desejo de reencontrar-se no passado: “tocar o sino para restabelecer o encanto” (SCHLEE, 1988: 14).

5. PALAVRAS FINAIS

No percurso ora realizado, buscamos refletir sobre a construção do espaço em *Ida e volta*, de Schlee, focalizando, em especial, a impossibilidade de se alcançar o *locus amoenus*. Para tanto, buscamos apoio nas reflexões acerca da linguagem propostas por Émile Benveniste, para quem não se pode dissociar a subjetividade e a linguagem.

Nas reflexões desse linguista, pudemos observar também apontamentos que nos levam a considerar a construção dessa subjetividade, ou melhor, da

intersubjetividade na linguagem, a partir de sua relação com o tempo e o espaço. Tais considerações nos foram de grande auxílio para análise do conto de Schlee, na medida em que percebemos que a construção do espaço na narrativa se calçou tanto na relação com o tempo, no movimento de ida e de volta, do passado e do presente, quanto na construção da subjetividade, a partir da mudança de foco narrativo entre o personagem do castelhano e o personagem do brasileiro, também no movimento de ida e volta.

Essa impossibilidade de encontrar o *locus amoenus* do brasileiro no conto se estabelece a partir da impossibilidade de encontrar esse conforto no tempo presente e mesmo no próprio personagem, o que se revela fortemente em seu sentimento de culpa. O desejo de “tocar o sino e restabelecer o encanto” se apresenta em uma tentativa de voltar ao espaço do passado, ao tempo do passado, mas também ao eu do passado, que já não pode mais ser.

REFERÊNCIAS

- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes Editores, 2005.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes Editores, 2006.
- DESSONS, Gérard. *Émile Benveniste: l'invention du discours*. Paris: In Press Eds, 2006.
- FIORIN, José Luiz. *Em busca do sentido: estudos discursivos*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 2004.
- SCHLEE, Aldyr Garcia. *Linha divisória*. São Paulo: Melhoramentos, 1988.

Recebido no dia 22 de outubro de 2019.
Aprovado no dia 26 de fevereiro de 2020.